



PARTE D

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Acórdão (extrato) n.º 128/2018

Processo n.º 198/17

III — Decisão

Em face do exposto, decide-se:

- a) Não julgar inconstitucional a norma que prevê a inadmissibilidade de recurso de acórdãos proferidos, em recurso, pelas Relações que, após decisão absolutória de 1.ª instância, condenem e apliquem pena de multa a arguida pessoa coletiva, interpretativamente extraível do artigo 400.º, n.º 1, alínea e), do CPP; e, em consequência,
- b) Julgar improcedente o recurso.

Custas pela recorrente, fixando-se a taxa de justiça em 25 UC's.

Lisboa, 13 de março de 2018. — *Maria de Fátima Mata-Mouros — José Teles Pereira — Claudio Monteiro — João Pedro Caupers — Manuel da Costa Andrade.*

Texto integral do Acórdão disponível no sítio eletrónico do Tribunal Constitucional:

<http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/20180128.html?impressao=1>
311279245

Acórdão (extrato) n.º 129/2018

Processo n.º 580/17

III — Decisão

3 — Face ao exposto, decide-se não conhecer do objeto do recurso interposto por Generg Ventos da Gardunha — Energias Renováveis, L.^{da}

Custas pela Recorrente, fixando-se a taxa de justiça em 15 unidades de conta (artigo 6.º, n.º 1, ponderados os critérios previstos no artigo 9.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 303/98, de 7 de outubro).

Lisboa, 13 de março de 2018. — *José Teles Pereira — Claudio Monteiro — João Pedro Caupers — Maria de Fátima Mata-Mouros — Manuel da Costa Andrade.*

Texto integral do Acórdão disponível no sítio eletrónico do Tribunal Constitucional:

<http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/20180129.html?impressao=1>
311279286

Despacho n.º 4179/2018

Nos termos do n.º 1 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 545/99, de 14 de dezembro, ouvido o Juiz Conselheiro interessado, nomeio o Dr. Miguel João Almeida Costa para exercer funções de Assessor do Gabinete dos Juizes do Tribunal Constitucional, com efeitos a partir de 23 de abril de 2018, que fica autorizada a desempenhar atividades docentes em instituições de ensino superior, de acordo com o n.º 7 do referido artigo.

18 de abril de 2018. — O Presidente do Tribunal Constitucional,
Manuel da Costa Andrade.

311285693

Despacho n.º 4180/2018

Para os devidos efeitos, e face ao disposto no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 545/99, de 14 de dezembro, na sua redação atual, torna-se público que a Mestre Lígia Manuel Ferro da Costa cessa funções como

Secretária do Gabinete dos Juizes do Tribunal Constitucional em 22 de abril de 2018.

18 de abril de 2018. — O Presidente do Tribunal Constitucional,
Manuel da Costa Andrade.

311285669

Despacho n.º 4181/2018

Nos termos do n.º 1 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 545/99, de 14 de dezembro, ouvido o Juiz Conselheiro interessado, nomeio a Mestre Lígia Manuel Ferro da Costa para exercer funções de Assessora do Gabinete dos Juizes do Tribunal Constitucional, com efeitos a partir de 23 de abril de 2018, que fica autorizada a desempenhar atividades docentes em instituições de ensino superior, de acordo com o n.º 7 do referido artigo.

18 de abril de 2018. — O Presidente do Tribunal Constitucional,
Manuel da Costa Andrade.

311285725

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Despacho n.º 4182/2018

Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 343/99, de 26 de agosto, que aprovou o Estatuto dos Funcionários de Justiça, e obtida a anuência da Direção-Geral da Administração da Justiça, nomeio, em comissão de serviço, a Escrivã Auxiliar Vanessa Alexandra Nunes Boto, para o exercício de funções neste Conselho Superior da Magistratura, com efeitos a 16 de abril de 2018.

16 de abril de 2018. — O Juiz-Secretário do Conselho Superior da Magistratura, *Carlos Castelo Branco.*

311279472

CONSELHO SUPERIOR DOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS E FISCAIS

Deliberação (extrato) n.º 529/2018

Por deliberação do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais de 11 de abril de 2018:

Dr. António Bernardino Peixoto Madureira, juiz conselheiro jubilado — nomeado, em comissão de serviço, inspetor do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, pelo período de um ano, com efeitos imediatos e renovável por iguais períodos.

12 de abril de 2018. — O Presidente do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, *Vitor Manuel Gonçalves Gomes.*

311277293

Deliberação (extrato) n.º 530/2018

Por deliberação do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais de 11 de abril de 2018, que ratificou o Despacho n.º 05/CS-TAF/2018, de 19 de fevereiro:

Dr. Joaquim Casimiro Gonçalves, juiz conselheiro, jubilado — nomeado, em comissão de serviço, pelo período de um ano, para movimentar processos da Secção de Contencioso Tributário do Supremo Tribunal Administrativo.

12 de abril de 2018. — O Presidente do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, *Vitor Manuel Gonçalves Gomes.*

311277399